

ATA DA OCTOGÉSIMA OITAVA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO

Aos quinze dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, na Sede Administrativa da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, situada à Rua Aristotelina Bittencourt, nº 99, Bairro São Lourenço Velho, reuniram-se os membros do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de São Lourenço, convidados e servidores desta Secretaria: Vera Maria Vaz de Mello, Gilsea Pereira Gonzaga, Murilo Fonseca Bortolozzi, Auyra Ferrer Haeyden, Theo Bajgielman Ayres, Cintia Aparecida Malvão, Camila Pereira Costa, Alexandre Paulino Lopes, Maria Aparecida Martins Duarte Nunes, Alexander Ivan de Almeida Oliveira, Paula Alves Netto, Márcio Fernando de Oliveira, Dr. Alexandre Ferreira Gonçalves, Juliana Lopes, Josiane Cristine Pinto Bacelar, Thiago Macedo Pires, Adolfo Coimbra Alves e Danilo Dotti Silveira. A Secretária de Turismo e Cultura Vera Maria Vaz de Mello iniciou a reunião, agradecendo a presença de todos e logo a seguir a primeira pauta foi iniciada por Márcio que discorreu sobre a restauração do Aeroporto Comandante Luiz Carlos de Oliveira, Bem Tombado de nosso Município. O projeto foi apresentado pela arquiteta Josiane Cristine Pinto Bacelar, que descreveu o restauro iniciando pela fachada, detalhando o interior e o hangar. O valor da restauração será de R\$80.000,00 (oitenta mil reais), sem a parte elétrica e hidráulica. Dr. Murilo propôs que o projeto de revitalização do Aeroporto deverá ser enviado aos Conselheiros para ser analisado e ser marcada uma nova reunião para que o mesmo seja colocado em votação e todos os Conselheiros concordaram. A segunda pauta foi referente a restauração do Coreto na Praça Dr Ismael de Souza, Praça da Estação, também um Bem Tombado de nosso Município. O Engenheiro Thiago Macedo Pires da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana realizou um Memorial Descritivo desta restauração num total de R\$10.820,61 (Dez mil, oitocentos e vinte reais e sessenta e um centavos) porém neste Memorial não foram contemplados os dois sanitários masculino e feminino que funcionam no pavimento térreo. Neste caso o Memorial será acrescido de um valor em torno de R\$5.000,00 (cinco mil reais) para restauração também dos banheiros. Além da restauração dos banheiros foi visto que será necessário refazer toda parte elétrica e hidráulica. O Memorial Descritivo foi refeito e novamente apresentado no valor total de R\$52.899,25 (cinquenta e dois mil, oitocentos e noventa e nove reais e vinte e cinco centavos), já incluso todos os custos necessários à execução da obra, inclusive leis sociais, transporte, alimentação, mão de obra ou quaisquer despesas diretas ou indiretas, sendo que a obra tem garantia de cinco anos. Dr. Murilo opinou que como o projeto do Aeroporto, o Projeto do Coreto também deverá ser enviado aos Conselheiros para análise e em reunião posteriormente marcada ser também colocado em votação, sendo que todos os Conselheiros concordaram. Os valores para as duas restaurações serão pagos com o ICMS Cultural. Além de serem enviados aos Conselheiros, os projetos de restauração do Aeroporto e do Coreto estão arquivados na Diretoria de Cultura, estando à disposição para análise e consulta a qualquer momento que for necessário. Paula Alves Netto que realiza o trabalho de ICMS Cultural juntamente com a Diretoria de Cultura através da Empresa Minas Colosso alertou quanto a urgência para votação dos projetos de restauração, pois envolve prazos de licitação e poderá não haver tempo hábil para realização das obras ainda em 2021. O terceiro assunto foi referente as obras de pavimentação asfáltica realizado no perímetro de entorno da Praça João Lage (Praça Brasil), Bem Tombado de nosso Município, partes das Ruas Comendador Costa e Getúlio Vargas. O senhor Danilo Dotti Silveira, Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana apresentou ao Conselho o Ofício 125/2021 (arquivado na Diretoria de Cultura), no qual solicita a emissão de parecer

conclusivo sobre a alteração da pavimentação acima citada. Após a leitura do Ofício o senhor Danilo apresentou o relatório técnico da obra, que será enviado aos Conselheiros e ficará também arquivado na Diretoria de Cultura para consultas se necessário. A seguir ficou com a palavra o senhor Alexander Ivan de Almeida Oliveira sócio há cinco anos da Sra. Paula Alves Netto, na Empresa Minas Colosso, com a qual realizamos o trabalho de ICMS Cultural. O senhor Alexander, advogado há vinte e dois anos, professor de Sociologia e Filosofia em Escolas Estaduais do Município. Começou fazendo uma explanação sobre Patrimônio Cultural "é o conjunto de saberes de cultura, de expressões que precisamos proteger, A própria palavra Patrimônio significa algo que os pais deixam para os filhos, que deixamos para as próximas gerações, Especificamente quanto ao entorno da Praça João Lage, Praça Brasil, que é uma área de Tombamento Municipal que foi realizado na gestão da Paula Alves Netto enquanto Diretora de Cultura, na administração anterior, é diferente do Parque das Águas que é um Tombamento Estadual, que foge da competência da gestão do Conselho e da Prefeitura. A proteção existe porque é importante não descaracterizar este Bem, essa apropriação de nossa sociedade, essa escolha que foi feita com relação a este local e ao seu valor. Tombamento e Registro são quase a mesma coisa. O Registro é a proteção de algo abstrato, o Tombamento além do valor intrínseco e sentimental representa também algo físico, que é o caso do entorno. Ali nós vemos que temos o Tombamento, uma relevância abstrata de valor, de emoção, de sentimento da nossa comunidade, mas vemos também uma estrutura física. Vemos uma finalidade naquela Praça, naquele entorno, que é a de recepção de pessoas da cidade e de turistas que dali vão para o principal atrativo turístico, econômico e fundador de nossa cidade que é o Parque das Águas. Por isso está protegido aquele acesso, aquela Praça, lembrando que praça é um espaço público que serve ao lazer, a convivência, a sociabilidade e isso não podemos retirar de lá. A finalidade de entorno desse Bem Tombado não pode ser descaracterizada. No nosso entendimento e a Paula tem esse entendimento também, a troca do piso não descaracteriza essa finalidade, ela inclusive adequa sem fazer uma quebra do conjunto arquitetônico, sendo que a arquitetura do local é como uma colcha de retalhos. Ao nosso ver melhora a acessibilidade, pois o piso era escorregadio especialmente quando chovia e temos um público que precisamos atender que é o público de idosos, que é o carro chefe atualmente do nosso turismo e da nossa economia. Estão comentando sobre a irregularidade do Conselho não ser consultado com relação a obra. A legislação diz que tem que haver uma consulta prévia, mas isso não é absoluto. Se houver entendimento do Conselho que mesmo agora já tendo começado a obra a finalidade do entorno não está alterada, é perfeitamente plausível e se justifica. Nos cinco anos que atuamos em cidade da microrregião nunca vimos que uma alteração similar a esta ou até mais significativa afetasse ou não fosse aceita pela IEPHA. Se o Conselho endossar, estiver consonante com o que a administração pública fez o IEPHA aceita e repassa a pontuação normalmente. Para o âmbito do ICMS Cultural não teria problema". A seguir a palavra passou para a Sra.: Paula Alves Netto que foi Diretora de Cultura na gestão anterior é professora e consultora de ICMS Cultural: "todos nós somos apaixonados pela cidade esse carinho pelo patrimônio, o que nos remete e nos faz realizar determinados atos. Eu vejo como centro histórico de São Lourenço a Estação. Na Estação nós emergimos no passado. Nossa cidade é muito nova e não temos um centro histórico, temos a nossa característica. Nosso Conselho é deliberativo, está ativo e tem muita emoção envolvida em tudo isso. Quando estamos na Praça João Lage, muitas vezes questionamos os valores, as pessoas envolvidas e nosso Conselho representa a população. Nas campanhas eleitorais nossos candidatos independentemente de partido, todos colocaram nos seus programas a questão do asfalto. Cada um tem uma opinião, eu acredito na democracia e no respeito ao outro." Vera Maria Vaz de Mello citou uma enquete realizada na cidade de São Lourenço em que 83% da população aprovou a obra de asfaltamento, sendo que a enquete não foi realizada pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura nem pela Prefeitura. Nas redes sociais podemos verificar quem realizou a enquete. Vera comentou que "temos o entendimento através dos grupos de hotéis, de atrativos do qual a Secretaria de Turismo faz parte do quanto essa obra valorizou o local. Essa gestão revitalizou o Conselho, pois queremos a participação de todos. Nessa reunião gostaria que fosse aberta a votação, pois temos presentes todos os Conselheiros e nosso Presidente, Dr. Murilo que foi escolhido na primeira reunião por unanimidade." A seguir Dr. Murilo ficou com a palavra: "esse é um assunto que gerou muita polêmica, um assunto delicado e que como todos sabem requereu uma ação do Ministério Público. Eu gostaria de ouvir a opinião de cada um que quisesse se expressar, pois tenho alguns pontos que gostaria de colocar, porque uma coisa é o que nós sentimos e outra é o que temos que fazer como obrigação e temos obrigações no Conselho por conta da lei 3.093, obrigação com o Regimento Interno e com relação ao Patrimônio

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like Vera Maria Vaz de Mello, Murilo, and others.]

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including 'Tha', 'Danilo', and others.]

Estadual. Tudo isso vai gerar outro documento, pois eu citado nominalmente preciso responder ao Ministério Público, sendo esta uma obrigação legal, cuja negligência pode trazer implicações mesmo quanto pessoa física participante do Conselho. Todos nós aqui estamos como livres pensadores, querendo o bem de nossa cultura e da nossa cidade. " A Conselheira Auyra Ferrer disse que o Conselho deveria reunir e cada um colocar suas questões e dúvidas. Alexander retomando a palavra disse " quanto ao IEPHA se o Conselho concordar ou não com a obra do asfalto, nossa experiência como Consultoria diz que a decisão será acatada sem problemas. Podendo acontecer apenas o IEPHA enviar para São Lourenço uma comissão de Conselheiros para verificar a questão. O Parque é tombado pelo Estado, mas deve ficar claro que não é a água, mas a parte arquitetônica. " Dr. Alexandre disse que a Ata da reunião sendo datada de hoje não interfere nas questões enviadas pelo Ministério Público. Alexander disse que mesmo que o Conselho não tenha sido consultado antes, isto é uma questão sanável. O Conselho poderia ter sido consultado, mas como não foi, não existe um impedimento legal para que seja agora. Dr. Murilo, volta com a palavra: "preciso colocar alguns pontos. Estudei ontem o processo de Tombamento da Praça João Lage inteiro, li e reli fazendo vários apontamentos que acho importante pois tenho que responder a um documento ao Ministério Público e isso é sério. Li também o Tombamento do Parque das Águas, as solicitações de impugnação feitas pelo Hotel Brasil, feitas pela Empresa de Águas e os pareceres realizados nesse período e o último parecer feito em março deste ano em que foi declarado que não havia critérios técnicos para uma impugnação e o Parque das Águas foi tombado pelo Estado. Preciso de um embasamento pois sou leigo do ponto de vista legislativo e nunca pertenci a nenhum partido político, não tenho vontade de participar. Fiz uma análise pessoal e gostaria de passar a vocês. Dentro da Lei 3.093 é citada diversas vezes que as obras em Bens Tombados precisam de um parecer prévio do Conselho e não um pós parecer. Esse parecer prévio não é uma aprovação, mas exige estudo que envolve ponto de vista cultural, arquitetônico, ambiental, de infraestrutura e afetiva em função da memória da população e do Bem Tombado. Envolve também um quesito da Lei Federal do Estatuto das cidades chamado Impacto de Vizinhança. Esses elementos são necessários para que o Conselho delibere a licença para uma intervenção. Talvez fosse mais tranquilo se estivéssemos falando de uma localização secundária na cidade, pois nesse caso vários procedimentos não precisam da apreciação do Conselho. No documento enviado pelo Dr. Leandro Pannain um dos quesitos é saber se o Conselho tinha ciência disso. Pois envolve todos nós, não só do interesse público, mas nossa integridade pessoal e tudo que acreditamos ser o correto. Outro quesito pergunta se a Praça João Lage é Tombada. Ela é tombada e não podemos fugir a essa resposta pois é obrigatória e imediata. Se esse estudo que foi trazido vai sanar a obra do ponto de vista jurídico, não tenho conhecimento disso, mas pela Lei do Conselho preciso de embasamento para fundamentar uma votação, não somente uma aprovação pois gostaria de emitir um parecer que fosse o mais correto possível. Fui checar no Tombamento do Parque das Águas, que não é competência nossa, mas sim um objeto de estudo e o Tombamento da Praça João Lage. O primeiro ponto que encontrei positivo é que não foi uma intervenção no meio da Praça. Foi no piso, na pavimentação do tráfego. A Praça é o objeto de Tombamento, mas existe a delimitação de entorno. Não foi tombada a rua, mas o perímetro utilizado não se limita ao meio fio da Praça, existe uma área de preservação e proteção que é o entorno do Bem Tombado e as diretrizes de intervenção no entorno dos Bens Tombados. Nesse caso esse entorno faz parte do bem Estadual do Parque das Águas. É obrigação do Conselho pelo que entendi estar em consonância com as esferas estaduais e federais. " Alexander disse que é interessante ter essa consonância e harmonia com o Estado e a Federação, mas o Conselho tem autonomia para deliberar. Dr. Murilo, com a palavra: "se tomamos uma decisão que conflita com a decisão Estadual existe uma alçada? Senão cada uma toma uma decisão e como as coisas ficam no final? " Paula Alves Netto explica que se o IEPHA deliberar e decisão do IEPHA permanece. Mas o IEPHA por estar distante do Município considera que o Conselho representa melhor a comunidade do que o Estado que está distante. Alexander disse que o Patrimônio é sobretudo uma escolha da comunidade, com suas raízes e sua autonomia. Dr. Murilo: " vamos supor que o Conselho deliberasse favorável a obra e o IEPHA determinasse que não. O que prevalece? " Paula Alves Netto responde que nesse caso prevalece a decisão do IEPHA. Dr. Murilo diz que então qualquer decisão tomada hoje pode não ter efeito. Paula Alves Netto explica que isso é difícil de acontecer pois o IEPHA dá o parecer técnico, que é frio de emoção, pois a comunidade que vive aqui, que passa todos os dias por aquele lugar tem mais legitimidade para falar daquele Bem do que um

 Thea 

Paulo Oliveira

Paula Alves Netto












técnico do IEPHA. É muito difícil o IEPHA dar uma decisão contrária ao Conselho, só se por algo que descaracterize a arquitetura. Por exemplo, para nós tem muito mais valor a água mineral do que a própria Fonte Vichy, mas para o IEPHA o importante é a arquitetura, por isso eu apoio muito mais os Registros como do Canto Coral, da Folia de Reis que tem mais alma. A Arquitetura guarda os esforços daqueles que as construíram, mas é fria. Por isso é muito difícil o IEPHA dar um parecer contrário ao considerado pelo Município. O que importa é o que o Município considera relevante. Por exemplo se uma determinada praça não é importante para a cidade, não é. Ouro Preto preserva ser Centro Histórico, mas é outra realidade. Nós não temos um Centro Histórico. Nossa cidade é moderna, temos algumas construções antigas, mas a arquitetura os de modernidade. Os próprios herdeiros não preservam as casas de suas famílias, não mantêm aquele bem. Por isso a Educação Patrimonial é importante para formar os jovens para que amanhã eles queiram preservar para o futuro. A desapropriação existe, mas quem seria o responsável por conservar aquele bem? Restaurar? O Poder Público não tem condições para isso. O Bem Público pertence ao Poder Público, se o bem é particular é do proprietário. Nem os cartórios de Registros de Imóveis conhecem os Bens Tombados de São Lourenço." Dr. Murilo, com a palavra: "temos duas situações. Uma delas são os trâmites do Conselho a outra é a aprovação do asfaltamento que se iniciou. São duas situações diferentes, pois preciso responder a um questionário e o Conselho precisa emitir um parecer embasado. Fazer as coisas o mais correto possível é fundamental. Como por exemplo se eu for fazer uma cirurgia preciso seguir algumas regras, um protocolo, para fazer uma decolagem tenho que fazer um checklist. A obra é no entorno do Tombamento para qualquer obra realizada no entorno teria que ser feita a consulta ao Conselho." Paula Alves Netto explica que foi tombado o Conjunto Paisagístico da Praça João Lage. Houve sim o erro de não consultar previamente o Conselho. Com certeza isso não aconteceu por mal, mas são complicados os diálogos dentro da administração pública, entre os órgãos e entre as pessoas e houve esse equívoco. Mas agora é que seria necessário é a emissão de um parecer favorável ou não. Não é uma aprovação. É um parecer de acordo com o entendimento do Conselho. Se tivesse acontecido isso na Estação a situação seria diferente, pois ela tem outro contexto histórico com predominância de um tipo de piso. No caso da Praça João Lage é a receptividade e não há uma predominância na pavimentação e não era harmônica. Dr. Murilo, com a palavra: "se não há predominância de paralelepípedo, poderia ser pensado em refazer a pavimentação com paver? Isso poderia ter sido um objeto de estudo para o Conselho opinar, utilizando a harmonia que prevalecesse mais. Não acho que foi arbitrário. Mas não seria interessante entrar com uma documentação solicitando para seguir os trâmites corretos?" Vera Maria Vaz de Mello disse que agora não cabe mais fazer isso. Dr. Alexandre disse que poderiam ter trocado os bloquetes para uniformizar, mas continuariam os mesmos problemas anteriores. Dr. Murilo: "é complicado tomar uma decisão emocional, embasados podemos tomar a decisão mais correta. Eu não tinha conhecimento que o Conselho teria que votar sobre esse assunto hoje." Paula Alves Netto explica que a votação é para saber a opinião do Conselho: "porque o que foi feito não é irreversível. Mesmo que aconteça uma penalidade, foi de uma ação que não é irreversível. Não existe uma imposição, por favor, o Sr. não se sinta acuado nesse sentido, porque o Sr. não é obrigado a aceitar. O Sr. tem que se considerar aberto a fazer o que considera melhor, não se sinta obrigado a votar a favor, é livre para votar como pensa. A votação pode ser contra, pois temos a liberdade de escolha que deve ser feita e que Dr. Murilo como Presidente deverá proceder da forma que ele se sentir melhor. Vários dos Conselheiros já estão no Conselho há bastante tempo e tem o conhecimento sobre os patrimônios. Dr. Murilo com a palavra: "pensei que a pauta de hoje fosse sobre esse documento que é urgente, uma resposta obrigatória. Não tinha conhecimento sobre a votação. É como se eu chegasse pra você Paula e dissesse que você teria que operar hoje, mesmo você estando bem. O assunto seria debatido e respondido o questionário do Ministério Público. Sugiro que analisemos esse documento pois o tema é delicado e polêmico. O tema não está resolvido e eu gostaria de consultar o Ministério Público. Qual a implicação que tem a assinatura nesse documento?" Alexandre explica que a assinatura do Dr. Murilo seria como

Presidente do Conselho, para informar o resultado da votação. Sobre a retirada ou não do asfalto é uma situação que não cabe ao Conselho, mas ao Ministério Público. Dr. Alexandre diz que o Conselho é independente do Ministério Público. Realmente o Conselho não foi consultado, na Ata vai a data de hoje com a informação sobre a votação. Dr. Murilo, com a palavra: "última colocação: vamos supor que não tivesse acontecido nada. Olha, temos intenção de mudar a pavimentação. Me acompanhem: o que nós aqui no Conselho faríamos? Conversaríamos, solicitaríamos um estudo, empresas, estudo dos diversos tipos de impacto. Ai, com todo esse material, a gente chegaria a uma conclusão e votaria favorável ou desfavorável, ok? Uma vez que aconteceu e estão pedindo uma apreciação para nós, eu não devo fazer esse estudo todo? O que seria o correto a fazer? Eu estou perguntando claramente. Eu, então, que nas regras do Conselho de Patrimônio, cuja prévia apreciação necessita de elementos, então pra gente sanear isso aqui eu não devo observar? Para mim é uma questão temporal. Se não aconteceu eu precisaria de um estudo prévio. Eu, enquanto conselho, por favor! O Conselho precisa de elementos pra chegar a uma decisão. Aconteceu! O Conselho não precisa desses elementos pra votar isso aqui? É uma pergunta clara! Como já aconteceu a obra o Conselho não precisaria fazer o estudo para uma aprovação ou não?" Paula Alves Netto: " O Conselho é considerado conhecedor dos bens patrimoniais. Quando o sr. assume um conselho, o sr. desculpa, porque é isso, sabe? Quando acontece um problema no Conselho agora, eu vou ter que dar uma resposta imediata porque eu tenho que ser conhecedora daquele assunto, senão eu não poderia estar aqui. Então subentende-se que quando se pede uma reunião extraordinária assim, a título de resolver uma pendência do Ministério Público, que ele mesmo pediu agilidade, então o que que acontece? Subentende-se que os conselheiros conhecem seus patrimônios, conhecem os motivos de tombamento, O Ministério Público entende que o Conselheiro conhece os Patrimônios. por isso que a Vera pediu pra gente vir. Responder perguntas técnicas, como a rua, a rua faz parte sim. Pra gente poder ter um diálogo aberto, franco, mas que resolvesse essa pendência do MP. Por que? Porque o MP, eu sei que o sr. está se sentindo pressionado, e entendi perfeitamente a colocação, mas eu estou colocando pro sr. que o Ministério Público entende que os conselheiros sabem qual a relevância dele. Dr. Murilo: se não aconteceu, o Conselho deveria seguir este caminho. Aconteceu! Não seguiremos este caminho? Paula: qual caminho? Dr. Murilo: de fazer um estudo. Vera: Dr. eu acho melhor o sr. colocar em votação, o sr. tem seus conselheiros aqui, quem gostaria de fazer alguma consideração? Gilsea Pereira Gonzaga com a palavra: " Sou apenas uma dona de casa, tenho três filhos e sete netos e tenho o coração na Banda. Gostaria de fazer uma pergunta. O senhor Dr. Murilo falou sobre fazer uma cirurgia. Se o senhor for fazer uma cirurgia de emergência o senhor não teria que estar preparado? É o mesmo caso daqui. Temos urgência de resolver esse assunto. Estou no Conselho desde a gestão anterior. O que foi preservado na nossa cidade até hoje? Nem a Praça é como era antigamente. Nossa cidade não é histórica, é turística e moderna. Precisamos usar o lado prático. Por tudo que foi falado eu vi benefício. Falta manutenção no calçamento, onde tem buraco fica um buraco para sempre. Vocês me desculpem falar assim, mas eu vou pela emoção. Sou neta do natal Luiz Pereira que também era pura emoção. Ele foi vereador numa época que vereador não tinha salário e ele tinha fez filhos. " Théo Bajgielman Ayres com a palavra: " estamos falando de patrimônio, de algo que vai ficar para o futuro. Esse estudo que não tivemos acesso até então mostra se jogar asfalto sobre o paralelepípedo vai ser positivo para o futuro? Se temos mão de obra para manter o asfalto? Ou é uma medida para agradar a todos imediatamente, mas que no futuro pode vir a dar problema? " Danilo Dottí Silveira com a palavra: " a manutenção é terceirizada. A empresa que presta serviço faz a manutenção. " Paula Alves Netto com a palavra: " no contexto o Tombamento do Conjunto paisagístico envolve tudo que está lá no momento que o Tombamento foi realizado. A motivação desse Tombamento foi a preservação do local da comunidade e da sociabilidade para evitar que a Praça deixasse de existir e a antiga Praça bambolé fosse preservada e os monumentos que estão que são das entidades que se iniciaram com a cidade. Essa foi a motivação desse processo de Tombamento. Diferente da Estação que foi motivada pelo centro Histórico.-Eu perguntei para a Vera Secretária de Turismo e Cultura e a Prefeitura não pensa em jamais asfaltar a Estação. Existe este comprometimento em manter a Estação como está. " Dr. Murilo com a palavra: " minha sugestão era fazer um estudo sobre o assunto, mas vou seguir o grupo e vamos fazer a votação. " Cintia Aparecida Malvão: " voto a favor, porque trabalhei por três anos na Ouvidoria do Município e a maior parte das reclamações era de acidente de pessoas e cavalos naquele trecho. A maior parte da população não tem conhecimento sobre os Tombamentos e nós representamos a população. Se lá fora 80% da população aprovou e função do Conselho é expressar a opinião da população. " Camila Pereira Costa: " voto a favor porque valorizou o



Théo

Paula Alves Netto
Handwritten signature

Handwritten signature
Handwritten signature



patrimônio e melhorou a acessibilidade. " Alexandre Paulino Lopes: " voto a favor. Trabalhei durante um ano no Hotel e vi muitos acidentes com hóspedes e por alguns acionei o Samu. Minha sogra caiu no paralelepípedo e teve mais de dez pontos no pé. Também acho que valorizou o Patrimônio. " Gilsea Pereira Gonzaga: " voto a favor porque só vi benefícios do asfaltamento para a cidade. " Theo Bajgielman Ayres: " voto contra. O Conselho não recebeu nenhum comunicado prévio. Perguntei para pessoas entendidas no assunto, engenheiros e fui informado que o asfalto exige normas para ser feito. Não sou contra o asfalto, mas sim contra ser feito sem passar pelas etapas e sem apresentação prévia ao Conselho. " Dr. Murilo: " então por quatro votos a favor e um contra foi aprovado o Parecer favorável a obra de asfaltamento por este Conselho. ". Não havendo nenhuma manifestação e nada mais havendo a declarar, eu, Maria Aparecida Martins Duarte Nunes lavrei esta Ata que será assinada por mim e por todos os presentes.

Gilsea Pereira Gonzaga Gilsea Pereira Gonzaga

Murilo Fonseca Bortolozzi Murilo

Cintia Aparecida Malvão Cintia Aparecida Malvão

Camila Pereira Costa Camila Pereira Costa

Alexandre Paulino Lopes Alexandre Paulino Lopes

Theo Bajgielman Ayres Theo Ayres

Auyra Ferrer Haeyden Auyra Ferrer Haeyden

Maria Aparecida Martins Duarte Nunes Maria Aparecida Martins Duarte Nunes

Vera Maria Vaz de Mello Vera Maria Vaz de Mello

Paula Alves Netto Paula Alves Netto

Alexander Ivan de Almeida Oliveira Alexander Ivan de Almeida Oliveira

Márcio Fernando de Oliveira Márcio Fernando de Oliveira

Dr Alexandre Ferreira Gonçalves Dr Alexandre Ferreira Gonçalves

Juliana Lopes Juliana Lopes

Josiane Cristine Pinto Bacelar Josiane Cristine Pinto Bacelar

Thiago Macedo Pires Thiago Macedo Pires

Adolfo Coimbra Alves Adolfo Coimbra Alves

Danilo Dotti Silveira Danilo Dotti Silveira